

AUDIÊNCIA PÚBLICA
LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL
AValiação DAS METAS FISCAIS
3º QUADRIMESTRE DE 2017

José Carlos Anziliero Amaral

Prefeito Municipal

Mara Quinot Both

Secretária Municipal de Finanças

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

O § 3º do art. 4º da LRF determina o que estará contido no Anexo de Riscos Fiscais:

“....serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.”

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

“Art. 9º (...)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.”

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

O que são os riscos fiscais?

São a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas.

Grupos:

- Riscos Orçamentários;
- Riscos da Dívida.

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

Riscos Orçamentários: Referem-se à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se realizarem durante a execução do Orçamento. Ex.: Arrecadação de tributos a menor; Atividades econômicas; Taxa de inflação e de câmbio.

Riscos da Dívida: Referem-se a possíveis ocorrências, externas à administração, que em se efetivando resultarão em aumento do estoque da dívida pública.

RISCOS ORÇAMENTÁRIOS

> RESULTADO PRIMÁRIO

Indicador de solvência fiscal do setor público. Confronto de Receitas e Despesas, para verificação de compatibilidade, ou seja, se não gastou mais do que arrecadou no período, e se há equilíbrio no exercício.

Receitas Primárias Correntes (+)

Receitas Primárias de Capital (+)

Despesas Primárias Correntes (-)

Despesas Primárias de Capital (-)

= Resultado Primário

RISCOS ORÇAMENTÁRIOS

> RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário pode ser entendido como uma reserva para pagamento de juros da dívida, e quando o resultado é superior aos juros, serve para amortização da dívida, permitindo um aumento do resultado nominal.

Como é medido quadrimestralmente, devem ser consideradas as metas de arrecadação dos próximos quadrimestres, para que haja equalização das despesas.

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DADOS CONSOLIDADOS				
Receitas Primárias	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
		Até o quad. 2017	%Real/Prev.	Até o quad. 2016
Receitas Primárias Correntes (=)	69.065.149,80	70.973.209,72	102,76%	66.641.123,86
Receita Tributária	10.381.791,00	10.557.893,11	101,70%	9.149.813,03
Receita de Contribuições	10.204.206,00	11.344.130,16	111,17%	9.460.440,98
Receita Patrimonial Líq. (- Apl. Financ.)	25.532,00	682.710,88	2673,94%	43.771,61
Transf. Correntes	46.781.467,80	46.235.592,95	98,83%	46.139.518,29
Demais Receitas	1.672.153,00	2.152.882,62	128,75%	1.847.579,95
Receitas de Capital	3.527.503,00	1.474.129,82	41,79%	1.792.352,96
Operação de Crédito (-)	-	-	-	-
Alienação de Ativos (-)	692.116,00	167.958,08	24,27%	188.041,03
Transferência de Capital (+)	2.796.029,00	1.281.025,92	45,82%	1.304.311,93
Outras Receitas de Capital (+)	-	2.926,78	-	-
Receitas primárias de Capital (=)	2.796.029,00	1.283.952,70	45,92%	1.304.311,93
Total de Receitas Primárias	71.861.178,80	72.257.162,42	100,55%	67.945.435,79

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Despesas Primárias	Pevisão Atualizada	Despesas Empenhadas		
		Até o quad. 2017	%/Prev.	Até o quad. 2016
Despesas Correntes	69.276.515,00	64.015.317,08	92,41%	61.003.871,86
Pessoal e Encargos Sociais	47.221.853,27	44.843.278,98	94,96%	42.780.624,50
Juros e Encargos da Dívida (-)	53.000,00	38.836,20	73,28%	112.765,11
Outras Despesas Correntes	22.001.661,73	19.133.201,90	86,96%	18.110.482,25
Despesas Primárias Correntes	69.223.515,00	63.976.480,88	92,42%	60.891.106,75
Despesas de Capital	7.343.269,01	3.883.911,30	52,89%	2.033.852,37
Investimentos	7.206.060,86	3.752.532,36	52,07%	1.879.301,22
Inversões Financeiras	- 566.681,85	- 566.502,10	99,97%	- 402.448,01
- Concessão de Empréstimos	- 566.681,85	- 566.502,10	99,97%	- 402.448,01
Amortização da Dívida	703.890,00	697.881,04	99,15%	556.999,16
Despesas Primárias de Capital	7.206.060,86	3.752.532,36	52,07%	1.879.301,22
Reserva de Contingência	4.402.890,21	-	0,00%	-
Total de Despesas Primárias	80.832.466,07	67.729.013,24	83,79%	62.770.407,97
Saldo de Exercícios Anteriores	-	4.265.103,73		1.628.049,61
Resultado Primário 2017		4.528.149,18		5.175.027,82
Resultado Primário Ajustado		8.793.252,91		6.803.077,43

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receitas	Pevisão	Receitas Realizadas	%Real/Prev.	Saldo R\$ (Real.-Prev.)
Receitas Tributárias	10.381.791,00	10.557.893,11	101,70%	176.102,11
<i>Impostos</i>	<i>9.007.967,00</i>	<i>9.432.476,98</i>	<i>104,71%</i>	<i>424.509,98</i>
IPTU	3.838.857,00	4.035.228,60	105,12%	196.371,60
ISS	2.707.869,00	2.708.436,05	100,02%	567,05
ITBI	840.269,00	845.384,17	100,61%	5.115,17
IRRF	1.605.692,00	1.820.105,33	113,35%	214.413,33
ITR	15.280,00	23.322,83	152,64%	8.042,83
<i>Taxas</i>	<i>1.372.015,00</i>	<i>1.123.498,80</i>	<i>81,89%</i>	- 248.516,20
Poder de Polícia	344.351,00	366.713,68	106,49%	22.362,68
Prestação de Serviço	1.027.664,00	756.785,12		- 270.878,88
Contribuição de Melhoria	1.809,00	1.917,33	105,99%	108,33

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receitas	Pevisão	Receitas Realizadas	%Real/Prev.	Saldo R\$ (Real.-Prev.)
Receitas de Contribuição	10.204.206,00	11.344.130,16	111,17%	1.139.924,16
Contribuições Sociais	1.916.000,00	2.216.050,83	115,66%	300.050,83
Contribuições Sociais - Intra	7.015.000,00	7.845.634,02	111,84%	830.634,02
Contribuições Econômicas	190.316,00	249.302,80	130,99%	58.986,80
Contribuição II. Pública	1.082.890,00	1.033.142,51	95,41%	- 49.747,49

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receitas	Pevisão	Receitas Realizadas	%Real/Prev.	Saldo R\$ (Real.-Prev.)
Transferências Correntes	46.781.467,80	46.235.592,95	98,83%	- 545.874,85
<i>Transferências da União</i>	<i>20.557.463,00</i>	<i>20.732.541,50</i>	<i>100,85%</i>	<i>175.078,50</i>
Cota parte do FPM	14.767.412,00	14.373.650,74	97,33%	- 393.761,26
Cota parte CFEM	6.420,00	-	0,00%	- 6.420,00
Conta Parte Fundo Petroleo	145.704,00	187.531,42	128,71%	41.827,42
Transferências SUS	3.700.654,00	4.101.975,89	110,84%	401.321,89
Transferências FNAS	469.080,00	597.741,47	127,43%	128.661,47
Transferências FNDE	1.399.775,00	1.338.291,86	95,61%	- 61.483,14
Outras Transferências	68.418,00	133.350,12	194,91%	64.932,12
<i>Transferências do Estado</i>	<i>13.719.299,80</i>	<i>14.027.449,61</i>	<i>102,25%</i>	<i>308.149,81</i>
Cota Parte ICMS	9.893.351,20	9.871.606,51	99,78%	- 21.744,69
Cota Parte IPVA	2.303.032,00	2.214.053,10	96,14%	- 88.978,90
Cota Parte IPI/Export.	168.009,60	149.236,12	88,83%	- 18.773,48
Cota Parte Cide	26.687,00	56.438,74	211,48%	29.751,74
Transferências FES	1.055.262,00	1.388.679,89	131,60%	333.417,89
Transferências FEAS	-	-	0,00%	-
Transferência de Convênios	271.276,00	343.753,07	126,72%	72.477,07
Outras Transferências	1.682,00	3.682,18	218,92%	2.000,18
<i>Transf. Multigovernamentais</i>	<i>12.504.705,00</i>	<i>11.475.601,84</i>	<i>91,77%</i>	- <i>1.029.103,16</i>

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Resultado Primário= Receitas Primárias – Despesas Primárias

Despesas Liquidadas = Resultado de R\$ 6.159.898,18

**Despesas Empenhadas = Resultado de
R\$ 4.968.593,88**



RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Aplicação em Saúde
- Aplicação em Educação
- Proporção Fundeb para pagamento dos Profissionais do Magistério
- Despesa de Pessoal

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Lei de Responsabilidade Fiscal
3º Quadrimestre 2017

RECEITAS MÍNIMAS A APLICAR EM EDUCAÇÃO	
Receita Tributária (-) Deduções	2.349.627,49
Transferências Correntes (-) Deduções	1.938.684,03
Outras Receitas Correntes (-) Deduções	306.669,74
Transferências Tributárias	6.296.540,77
TOTAL DAS RECEITAS	10.891.522,03
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS
Ensino Fundamental	8.763.665,80
Educação Infantil	6.729.782,62
Educação Especial	173.811,82
(-) Ganho para o Fundeb	- 5.204.370,89
(-) Rendimentos Financeiros Mde e Fundeb	- 73.470,17
TOTAL DESPESAS MDE + FUNDEB	11.156.534,09
PERCENTUAL APLICAÇÃO	25,60%
BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO	R\$ 43.588.337,66

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Lei de Responsabilidade Fiscal
3º Quadrimestre 2017

RECEITAS MÍNIMAS A APLICAR EM SAÚDE	
Receita Tributária (-) Deduções	1.413.271,10
Transferências Correntes (-) Deduções	4.941.134,79
Outras Receitas Correntes (-) Deduções	236.556,22
TOTAL DAS RECEITAS	6.590.962,11
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	DESPESAS
Atenção Básica	5.392.231,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.827.633,32
(-) Assis. Hospitalar e Ambulatorial (Consórcio)	- 34.155,00
Vigilância Epidemiológica	201.788,04
(-) Rendimentos Financeiros ASPS	- 22.143,09
TOTAL DESPESAS SAÚDE (ASPS)	7.494.391,09
PERCENTUAL APLICAÇÃO	17,19%
BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO	R\$ 43.588.337,66

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Lei de Responsabilidade Fiscal
3º Quadrimestre 2017

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesa de Pessoal Poder Executivo	29.413.144,54	49,14%	51,30%	54%
Despesa de Pessoal Poder Legislativo	1.054.965,29	1,76%	5,70%	6%
Total de Despesa de Pessoal	30.468.109,83	50,91%	57,00%	60%
Total Receita Corrente Líquida	59.850.971,68			

RISCOS DA DÍVIDA = RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal equivale à variação total da dívida fiscal líquida no período, comparando-a do período anterior. Demonstra se a dívida evoluiu ou diminuiu no período e mede a necessidade de financiamento no Setor Público (NFSP).

Dívida Consolidada: São obrigações financeiras assumidas pelo Município, para amortização em prazo maior que 12 meses.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Dívida Fiscal Líquida	Saldo			Variação % (C - A)
	Em 31/12/16	Em 31/08/2017 (	Em 31/12/2017 (	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.564.484,20	1.156.714,55	44.111,99	-97,18%
DEDUÇÕES (II)	6.849.795,02	6.691.340,37	7.690.412,87	12,27%
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.501.488,06	12.499.804,52	9.219.606,04	-2,97%
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	0,00%
(-) Restos a Pagas Proc. - Exceto precatórios	2.651.693,04	1.760.242,93	1.529.193,17	-42,33%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-	-	-	0,00%
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)				0,00%
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)				0,00%
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (Vi) = (III + Iv - V)	-	-	-	0,00%
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00	0,00	

Avaliação Final 2017:

- ▶ Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais, bem como os demais índices mínimos e máximos exigidos pela Legislação.
- ▶ Fica demonstrado, assim, que atingimos as metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que reafirma a responsabilidade dos atos da Administração Municipal, frente aos recursos e interesses públicos.



Gratos pela atenção,

Secretaria de Finanças
Prefeitura Municipal de Três Passos-RS

Secretária de Finanças: Mara Quinot Both